



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG /AC

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Rio Branco/AC – - 2013

Equipe de elaboração do Relatório

- 1. FILOMENO GOMES DE FREITAS – SUPERINTENDENTE REGIONAL;**
- 2. CLETO LUIZ DA COSTA LEITE – GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
– GEFAD E**
- 3. BRUNO MACEDO SIQUEIRA MILHOMEM - GERENTE DE OPERAÇÕES E
SUPORTE ESTRATÉGICO – GEOSE.**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG /AC

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

Rio Branco/AC - 2013

Sumário

Lista de Siglas.....	4
Lista de Quadros	7
Introdução.....	8
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	10
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	10
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	13
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	15
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	15
2.2. Análise sobre Ambiente de Negócios.....	17
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	17
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	17
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	17
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	17
3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	18
3.3. Principais indicadores de desempenho	19
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	20
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	20
4.2.2. Venda em Balcão.....	21
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	21
4.3. Principais indicadores de desempenho	23
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....	23
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela CONAB.....	23
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	24
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	25
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	25
8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....	26
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	26
9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....	27
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	27
10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	27
10.1. Análise dos principais resultados do Projeto Siga Brasil.....	28
10.2. Análise dos principais resultados do Geo Safras.....	28
11. GESTÃO DE PESSOAS.....	29
11.1. Alocação de Servidores.....	29
11.2. Comunicação na Instituição.....	29
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	30
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	30
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	31
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	36
11.7 Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:.....	36
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	37
12.1. Programas e Ações do PPA.....	37
12.2. Restos a Pagar.....	39
12.5. Demonstrações Contábeis	40
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	40
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	41

13.1. Controle Interno da UJ	41
Resultados e Conclusões.....	43
ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	44
A T I V O.....	44

Lista de Siglas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
Abracen	Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento
AGF	Aquisição do Governo Federal
Ano-Safra	Intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita
Armazém cadastrado	Armazém cadastrado na Conab, por solicitação dos interessados, que é sistematicamente submetido a vistoria objetivando apurar informações sobre as unidades (ambiente natural e artificial), registrando sua capacidade estática e qualificação técnica
Armazém credenciado	Armazém apto a operar com os estoques do governo federal. O credenciamento objetiva habilitar as unidades cadastradas para prestação de serviços de armazenagem, para tanto a Conab realiza vistoria no armazém, habilitando aquela que se enquadrar nos requisitos constantes do Manual de Operações da Conab
Armazém descredenciado	Armazém excluído do rol de unidades armazenadoras habilitadas a receber produtos do governo federal, por terem praticado desvio de mercadorias, prática de sinistro doloso ou troca de mercadorias e erros graves (propositais ou não) na gestão dos estoques, que ocasionem riscos para as pessoas e/ou animais, prestar informações falsas nos comprovantes de depósito ou outros documentos exigidos pela Conab
Armazém impedido	Armazém que não pode receber produtos dos estoques públicos ou vinculados a algum programa do governo federal, pelo não cumprimento de exigências legais e/ou dos requisitos técnicos/operacionais definidos pela Conab, bem como por débito e/ou pendência financeira com a Companhia
ATR	Açúcar Total Recuperável
BioFcah	Exposição de produtos orgânicos
BCAnet	Aplicativo que permite a geração de Boletins de Cadastro de Armazéns
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CAN	Coordenador de Ação Nacional
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDRH	Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos
Ceasa	Centrais de Abastecimento
Centreinar	Centro de Treinamento em Armazenagem
CFAC	Centro de Formação e Assistência Comunitária
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGPLAN	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGSR	Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazenamento
Cibrius	Instituto Conab de Seguridade Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Previdência
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
Contrato de Opção	Instrumento de política pública para o setor agrícola que visa proteger o produtor o/ou cooperativa de eventuais oscilações do mercado, uma espécie de seguro contra queda dos preços
COPEC	Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPR-Doação	Compra Especial da Agricultura Familiar
CPR-Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
Deral	Departamento de Economia Rural
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
EE	Estoque Estratégico
EFD	Escrituração Fiscal Digital
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuárias
ER	Estoque Regulador
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
Fome Zero	Política pública que visa a erradicação da fome e da exclusão social
Funai	Fundação Nacional do Índio

Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Geo safras	Projeto de aperfeiçoamento da metodologia de previsão de safras do Brasil
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global) foi concebido pelo Departamento de Defesa dos EUA no início da década de 1960, sob o nome de 'Projeto NAVSTAR'. O sistema foi declarado totalmente operacional apenas em 1995. Consiste em 28 satélites que orbitam a terra a 20.200 km duas vezes por dia e emitem simultaneamente sinais de rádio codificados
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Incra	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Especiais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
LNT	Levantamento de Necessidades de Treinamento
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MOC	Manual de Operações da Conab
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS	Ministério da Previdência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NOC	Manual de Normas da Organização
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
ONG	Organizações Não Governamentais
PAAnet	Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
PD	Parcerias de Desenvolvimento
PEC	Plano de Educação Corporativa
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
Plano-Safra	Conjunto de medidas destinadas ao apoio do plantio da safra agrícola, contemplando preços mínimos, condições de comercialização, créditos para financiamento da produção, seguro agrícola etc
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PNPB	Programa Nacional de Produção de Uso do Biodiesel
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
Preços Mínimos	Objetivam reduzir a incerteza dos produtores quanto aos preços futuros estimulando, assim, a expansão da oferta agrícola. Durante a safra atuam como um seguro de preço, garantindo ao produtor uma renda mínima para sua produção, sendo fixados por Portaria Interministerial, após aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, e servem de base para as aquisições do Governo Federal-AGF
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Prohort	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf	Programa Nacional de Agricultura Familiar
Refap	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAAGRA	Sistema Aplicado à Administração Quantitativa de Armazenagem
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SEFAZ	Secretaria de Fazenda
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasses do Governo Federal
SigaBrasil	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira
SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
Simab	Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil
Sinac	Sistema Nacional de Comercialização
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento
SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica
SISCOT	Sistema de Gestão de Contratos
SISGAT	Sistema Gerencial de Atendimento
SISMAT	Sistema de Almoxarifado
SISSUB	Sistema de Controle das Operações de Subvenção
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
TI	Tecnologia da Informação
TPF	Tabela de Participação Financeira
TR	Taxa referencial
TVN	Termo de Vistoria e Notificação
UA	Unidade Armazenadora
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFPA	Universidade Federal de Lavras
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
VBPA	Valor Bruto da Produção
Vendas em Balcão	Programa do Governo Federal que viabiliza o acesso dos pequenos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta, garantindo, de forma contínua e sistematizada, o suprimento de insumos a preços de mercado
VEP	Valor de Escoamento do Produto
X-FAC	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques

Lista de Quadros

Quadro-01	Identificação da Unidade	11
Quadro-02	Aquisições por meio da CPR-Doação(MDS)	18
Quadro-03	Aquisições por meio da CPR-Estoque(MDA)	18
Quadro-04	Quantidades e recursos dispendidos por instrumento	19
Quadro-05	Dez maiores operações na CPR-Doação	19
Quadro-06	Dez maiores operações na CPR-Estoque	19
Quadro-07	Dez maiores operações de Vendas em balcão	21
Quadro-08	Dez maiores operações de VEP	22
Quadro-09	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	22
Quadro-10	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.	31
Quadro-11	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	32
Quadro-12	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	32
Quadro-13	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	32
Quadro-14	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	33
Quadro-15	Composição do Quadro de Estagiários	33
Quadro-16	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	34
Quadro-17	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	35
Quadro-18	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra(braçagista)	35
Quadro-19	Ações orçamentárias da UJ	37
Quadro-20	Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	39
Quadro-21	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	39
Quadro-22	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	40
Quadro-23	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	41
Quadro-24	Balanço Patrimonial	44
Quadro-25	Demonstrativo dos Fluxos de Caixa	46
Quadro-26	Demonstração do Resultado do Exercício	47
Quadro-27	Demonstração do Valor Adicionado	48
Quadro-28	Demonstração das Manutenções do Patrimônio Líquido	49

Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Acre, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A CONAB atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da CONAB.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela SUREG/AC para o exercício de 2012, decorreram da escassez de recursos humanos, fator recorrente em relação a exercício anteriores.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art. 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição	Justificativa
1. Informações Básicas	
Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
1.1 Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
1.2. Planejamento Estratégico e Seus Principais Macroprocessos	
1.2 Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	Não à conteúdo a ser declarado no exercício
1.2 Macroprocesso Prestação de Serviços	Não à conteúdo a ser declarado no exercício
1.2 Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	Não à conteúdo a ser declarado no exercício
1.2 Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	Não à conteúdo a ser declarado no exercício
2. Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão	
2.2 Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações	Não à conteúdo a ser declarado no exercício
2.2 Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias (% da receita líquida dos serviços-armazenagem de produtos agrícolas, leilão de terceiros e classificação, comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos, produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários,etc.)	Não à conteúdo a ser declarado no exercício
2.2 Principais clientes do setor privado - Comercialização	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
2.2 Principais clientes do setor público – Armazenagem	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
2.2 Principais clientes do setor privado – Armazenagem	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
3. Sustentação de Renda	
3.2.1 Dez Maiores Operações na Modalidade	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
3.2.2 Contratos de Opção de Venda	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
3.2.3 Prêmio Para o Escoamento de Produto - PEP(compra)	Não à conteúdo a ser declarado no exercício
3.2.4 Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa - PEPRO	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
4. Promoção do Abastecimento	
4.2 Prêmio para Escoamento de PEP (venda)	A CONAB não realiza operações de PEP para venda de produtos
4.2.1 Venda em Leilão Público	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
5. Articulação e Organização do Abastecimento	
	Não à conteúdo a ser declarado no exercício

6. Prestação de Serviços	Não à conteúdo a ser declarado no exercício
7. Administração dos Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação	
7.1 Quantidade Física e Financeira de Produtos Agrícolas Estocados em Armazéns Contratados	Não à conteúdo a ser declarado no exercício
7.2 Avaliação Física Geral dos Armazéns Contratados pela CONAB	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
7.2 Saldo de Débitos Relativos à Desvios ou Perdas em Estoques Públicos; Valores Recuperados em Perdas ou Desvios em Estoques Públicos; Valores Ajuizados em Razão de Débitos Relativos à Desvios ou Perdas em Estoques Públicos	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
10. Geração e Difusão de Informações	
10.2 Principais resultados no custos e estoques de produtos agrícolas	Não à conteúdo a ser declarado no exercício
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil	
12.1 Levantamento da safra de café	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12.3 Demonstrativo de Transferência recebidas e realizadas no exercício.	Não à conteúdo a ser declarado no exercício
12.4 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.	Não à conteúdo a ser declarado no exercício
12.6 Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100(Matriz, será apresentado somente no relatório da Matriz)
12.8 Parecer da Auditoria Independente	Informação centralizada na matriz
13. Governança e Controles	
13.2 Deliberações do TCU e CGU	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
13.3 Informações de como está estruturada a área de auditoria interna	

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Informações gerais sobre a UJ

Dentro de sua jurisdição, compete à Superintendência Regional - CNPJ 26.461.699/0473-06, com endereço a Rua do Icó, nº 180, bairro estação experimental, no Município de Rio Branco/AC e vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento representar a Companhia perante os órgãos Federais, Estaduais e Municipais, mantendo estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para as questões Regionais, como também divulgar as ações e buscar novos negócios. Compete ainda, divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia e do Governo Federal, as disposições legais e os atos normativos em vigor, bem como, fazer cumprir e executar as diretrizes estabelecidas pelas áreas da Matriz, como também, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas.

A Gerencia Jurídica – GEJUR/AC, esta subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à COJUR da matriz, tendo dentro do seu rol de competências representar a Companhia, em juízo ou fora dele, nos assuntos de sua competência, propor e ajuizar as ações de cobrança e outras, zelar pela uniformidade de entendimentos e observâncias aos critérios e normas adotadas e à legislação competente, analisar e emitir pareceres sobre os processos administrativos, operacionais e licitatórios de aquisição e alienação de bens patrimoniais e contratação de serviços, como também acompanhar no âmbito da Sureg, as ações em que a Companhia seja parte, e outras cujo deslinde seja de seu interesse, em todos os graus de jurisdição, perante as Justiças comum e especializada, e ainda, prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Companhia e dentro da jurisdição da Regional.

Compete a Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – GEOSE, que esta subordinada hierarquicamente a Superintendência Regional, por intermédio dos Setores a ela subordinados, Setor de Operações e de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEOPI e o Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO, desenvolver as atividades relacionadas aos programas de desenvolvimento empresarial e de apoio à logística e gestão da oferta, bem como das operações de estoques públicos e comerciais de produtos agrícolas e seus insumos, e ainda, acompanhar, executar e analisar os programas institucionais e sociais de abastecimento desenvolvidos e executados pelas políticas e programas do Governo Federal. Subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional, compete à Gerência de Finanças e Administração – GEFAD, por intermédio do Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – SEADE e do Setor Contábil e Financeiro – SECOF, a promoção e execução de todas as atividades relacionadas com a administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, seguro, desenvolvimento e capacitação de pessoal e modernização administrativa, bem como, as atividades relacionadas aos serviços de telecomunicações, de documentação e de serviços gerais, e ainda, toda a execução e controle das atividades contábeis, tributárias, fiscais, orçamentárias e financeiras da Superintendência Regional, de acordo com as normas adotadas pela Companhia e às legislações competentes.

A Unidade Armazenadora – UA, que está subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e funcionalmente à Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – GEOSE e a Gerência de Finanças e Administração – GEFAD, compete o desenvolvimento das atividades relacionadas ao recebimento, classificação, conferência, processamento, conservação e expedição dos produtos armazenados pela Companhia e por terceiros; prestar o apoio necessário à realização das atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional, junto aos órgãos e representações Federais, Estaduais e Municipais, como também nas atividades de cadastramento de clientes e de armazéns, coleta de preços de produtos e insumos agrícolas e manter contatos sistemáticos, sob a orientação da SUREG e das Gerências de Áreas, com todo o segmento agrícola da região, com a finalidade de obter informações agropecuárias e subsidiar as decisões, compete

ainda, cumprir e fazer cumprir as metas operacionais e financeiras fixadas pela Matriz.

Esta ainda, sob a competência da Superintendência Regional, a execução e o cumprimento de todas as diretrizes e normas estabelecidas pela Presidência, Diretorias e Superintendências de Área da Matriz, no âmbito de sua jurisdição.

Quadro 01 - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA		Código SIORG: 107923
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Regional da CONAB no Estado do Acre		CNPJ: 26.461.699/0473-06
Denominação abreviada: SUREG-AC		
Código SIORG: 107923	Código LOA: 22211	Código SIAFI: 22211
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-0
Telefones/Fax de contato: 68 – 3227 7959		
Endereço Eletrônico: ac.sureg @conab.gov.br		
Página da Internet: www.conab.gov.br		
Endereço Postal: Travessa do Icó, nº 180 – Estação Experimental – Rio Branco/Acre		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
A Superintendência Regional da CONAB no Estado do Acre, é parte integrante da estrutura organizacional da CONAB. Foi criada pela Resolução CONAD n.º 5, de 30 de julho de 2008, mediante deliberação do Conselho de Administração da CONAB, na 182. ^a Reunião Ordinária realizada em 25/6/2008, no uso da competência conferida pelo art. 16, inciso IX do Estatuto Social (versão 24/3/2008) e art. 3.º, inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada em 25/11/2009).		
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991 Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000 Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001 Estatuto Social Regimento Interno Processos Internos		

Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Manual de Operações da CONAB-MOC Normas de Organização-NOC Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos

Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis
Superintendência Regional - ACRE Superintendente: Filomeno Gomes de Freitas (23/09/2009 a 31/12/2012)
Gerentes de Área GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO - GEOSE Gerente: Bruno Macedo Siqueira Milhomem (03/08/2011 a 31/12/12)
GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD Gerente: Cleto Luiz da Costa Leite (01/02/2010 a 31/12/2012)
Gerentes das Unidades Armazenadoras UA RIO BRANCO/AC Gerente: Amiraldo Gomes Pereira (18/03/2010 a 31/12/2012)

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
135229	Unidade Armazenadora de Rio Branco/AC
135240	Unidade Estoque Estratégico/AC
135241	Núcleo Estoque Regulador – PGPM-RO
135530	Unidade Mercado Opção/AC
135547	Unidade PAA/RO
135605	Conab/Sede/SUREG/AC
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135229	22211
135240	
135241	
135530	
135547	
135605	

Com sede em Rio Branco, a SUREG-AC está subordinada hierarquicamente à Presidência da CONAB e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- I. representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III. divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV. coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V. constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico;

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2009), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade

Macroprocesso de Sustentação de Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque, Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação e a Política de Garantia de Preços Mínimos da Sócio Biodiversidade – PGPM-Bio. São os principais programas e/ou políticas, onde ocorre intervenção por parte da CONAB-AC fomentando a comercialização e a sustentação de preços.

Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP. No exercício de 2012, ocorreram operações de Venda de Produtos de Estoques Públicos – VEP, cujo o arrematante é do segmento de avicultura, outra atividade executada a nível desta Regional é o Programa Vendas em Balcão que é a venda do milho oriundo dos estoques públicos a preços acessíveis ao pequenos criadores cadastrados no programa.

Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da CONAB, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros. No exercício de 2012, a CONAB-AC efetuou a entrega

de 206.535 kg de alimentos aos acampados da reforma agrária, indígenas e comunidades de terreiro por meio de Termo de Cooperação Técnica CONAB x MDS.

Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

Estratégia de atuação da empresa

Apesar do crescimento da produção agrícola permanece a necessidade de importação de produtos alimentícios de outras regiões para abastecimento da demanda.

Em decorrência, não foram necessárias intervenções governamentais no sentido de manutenção da renda dos produtores rurais pela utilização dos instrumentos definidos na PGPM.

No Estado do Acre o Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 2.742 produtores com a aquisição de 8.625 toneladas de produtos alimentícios.

Em 2012, foram atendidos por meio da CPR-Doação 497 produtores nos municípios de Porto Acre, Rio Branco, Bujari, Tarauacá, Feijó, Cruzeiro do Sul, Manoel Urbano e Acrelândia, sendo adquiridas 1.061 toneladas de diversos produtos sendo o pescado, hortifrutigranjeiros, farinha de banana, polpa de frutas etc... que estão sendo doados a 170 instituições sociais beneficiando 44.966 pessoas em situação de insegurança alimentar, perfazendo um total de R\$ 2.207.853,10 (dois milhões e duzentos e sete mil e oitocentos e cinquenta e três reais e dez centavos). E por meio da CPR-Estoque foram atendidos ao todo 491 extrativistas e pequenos agricultores familiares, com a compra dos seguintes produtos para formação de estoques com liquidação financeira tais como: Castanha do Brasil em Casca, Leite, Café Conillon e Cana de Açúcar. Sendo repassado as Cooperativas e Associações de produtores/extrativistas um montante de R\$ 2.199.504,00 (dois milhões e cento e noventa e nove mil e quinhentos e quatro reais).

Contratação de bens e serviços

A Unidade Armazenadora de Rio Branco/AC, dispõe de 01 (um) braçagista terceirizado contratado na forma de pregão eletrônico contrato administrativo com fundamentação na Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

No decorrer do exercício de 2012, observou-se que dos muitos problemas, principalmente os que se referem a estrutura física e recursos humanos, estão se agravando.

O pequeno contingente de pessoal, tanto da área técnico-operacional, quanto das áreas que sofrem os reflexos indiretos dessas operações (contábil e administrativa), resume-se a 16 empregados em efetivo exercício.

Torna-se premente a necessidade de medidas que busquem a revitalização do quadro de RH da SUREG-AC, tais como, intensificar o treinamento dos atuais empregados, principalmente dos anistiados; contratação de novos empregados; re-enquadramento dentro das funções desenvolvidas e um plano de desligamento voluntário incentivado, de forma escalonado, contemplando a transferência de conhecimentos para os novos contratados, visando resguardar a cultura e a excelência técnica da organização.

Verificadas as soluções para os problemas estruturais, a inclusão das SUREG's na sugestão dos níveis de investimentos e de custeio – compras de veículos, equipamentos, manutenções, melhorias nas instalações.

Reduzir tais limitações agregaria considerável potencial de ação à SUREG-AC, conduzindo o próximo exercício à produtividade e a melhoria de resultados para a vasta população com a qual está envolvida e/ou para seus beneficiários.

2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

A Unidade Armazenadora de Rio Branco/AC, atende somente com o Programa Vendas em Balcão e com o recebimento de Cestas de Alimentos para atendimento às populações em situação de insegurança alimentar por meio de convênios CONABXMDS. No exercício de 2012, foram removidos o quantitativo de 700 toneladas de milho a granel para atendimento aos 739 pequenos criadores que acessam os estoques públicos a preços acessíveis.

O Estado do Acre, por ser uma região importadora de grãos principalmente o milho para atendimento das cadeias produtivas, existem segmentos como o de avicultura que acessam por meio do Venda de Estoques Públicos(VEP), a compra desta matéria prima a preços acessíveis via corretores e recebem um prêmio após a comprovação do escoamento para a região de destino.

Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da CONAB

No Estado do Acre, existem silos metálicos e armazéns convencionais de posse do Estado sendo: Secretaria de Produção Agropecuária(SEAP) e a Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre(CAGEACRE), sendo esta última na prestação de serviços de armazenagem em ambiente natural e artificial.

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País

No exercício de 2012, a Superintendência Regional do Acre subvencionou por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Sócio Biodiversidade PGPM-Bio, o quantitativo de 13,8 Toneladas de Borracha Nativa, perfazendo um total de R\$ 28.460,61(vinte e oito mil e quatrocentos e sessenta reais e sessenta e um centavos), atendendo à 21 extrativistas de forma individual e organizados por meio de Associações/Cooperativas.

Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

O Estado do Acre, por ter em sua base produtiva a extração de produtos florestais sendo a garantia de renda aos povos da floresta, tais como a produção de Castanha do Brasil em Casca, Látex, Óleo de Copaíba, Açaí etc...o governo dispõe de instrumentos de sustentação de preços por meio da PGPM-Bio, quando os preços de comercialização pago aos extrativistas situam-se abaixo dos preços mínimos.

3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Foi adquirido no referido exercício o quantitativo de 30.000 unidades de sacarias totalizando o valor de R\$ 34.655,25(trinta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise esta feita pela SUGOF, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela CONAB, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

Quadro 02 – Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS)

Órgão	N.º Municípios	Produtos	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS	8	Hortifrutigranjeiros,Pescado	497	1.058,16	2.207.853,10
		Farinha de Banana,Polpa de			
		Frutas			
Total	8	-	497	1.058,2	2.207.853,10

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 03 – Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDA)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDA	10	Castanha do Brasil	491	827,34	2.199.504,00
		Leite in Natura			
		Café Conillon			
		Rapadura em Tablete			
Total	10	-	491	827,3	2.199.504,00

Fonte: Dipai/Supaf

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

O Programa de Aquisição de Alimentos(PAA), é um instrumento de apoio a comercialização e a tendência é que a cada ano ele se intensifique atendendo as comunidades tradicionais e ribeirinhas mais distantes, diminuindo assim, o êxodo rural e a fixação do homem no campo.

Resultado financeiro geral

Em resumo o Programa de Aquisição de Alimentos(PAA), com ênfase na modalidade Compra com Doação Simultânea, têm um lado social muito relevante e de forte impacto. Pois, assegura a comercialização de boa parte da produção do pequeno agricultor e estes produtos são doados a instituições consumidoras cadastradas pela Assistência Social dos municípios atendendo o público alvo em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Quadro 04 – Quantidades e recursos dispendidos por instrumento

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
CDAF	MDS			
	MDA			
CPR Doação	MDS	Diversos	1.061,00	2.207.853,10
	MDA			
CPR Estoque	MDS			
	MDA	Diversos	827,30	2.199.504,00
Total MDS			1.061,00	2.207.853,10
Total MDA			827,30	2.199.504,00
Total Geral			1.888,30	4.407.357,10

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 05 – Dez maiores operações na CPR-Doação

UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
AC	Hortifrutigranjeiros	304	472.500,00
AC	Hortifrutigranjeiros	189	288.000,00
AC	Hortifrutigranjeiros	141	244.414,70
AC	Hortifrutigranjeiros	72	220.800,00
AC	Hortifrutigranjeiros	107	153.000,00
AC	Pescado	149	149.864,00
AC	Hortifrutigranjeiros	80	121.500,00
AC	Hortifrutigranjeiros	47	107.970,40
AC	Frango Abatido	13	100.000,00
AC	Farinha de Banana	14	98.994,00
		1.116	1.957.043,10

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 06 – Dez maiores operações na CPR-Estoque

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDA	AC	Castanha do Brasil	750	1.500.000,00
MDA	AC	Leite in Natura	42	499.500,00
MDA	AC	Cana de Açúcar	7	100.002,00
MDA	AC	Café Conillon	7	100.002,00
Total			806	2.199.504,00

Fonte: Dipai/Supaf

3.3. Principais indicadores de desempenho

1	Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEP em relação ao total de produtores no Estado	2012	2011	2010
---	---	------	------	------

	Objetivo do Indicador: Identificar o alcance desse instrumento de comercialização	0,00%	0,00%	0,00%
	Análise do Resultado: Não houve operações de PEP atendendo produtores no Estado do Acre, nos anos de 2010 à 2012.			
	Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEPRO em relação ao total de produtores no Estado	2012	2011	2010
2	Objetivo do Indicador: Identificar o alcance desse instrumento de comercialização	0,00%	0,00%	0,00%
	Análise do Resultado: Não houve operações de PEPRO atendendo produtores no Estado do Acre, nos anos de 2010 à 2012.			
	Nome do Indicador: N.º médio de documentos comprobatórios na subvenção PEP/PEPRO conferidos por dia	2012	2011	2010
3	Objetivo do Indicador: Identificar o tempo utilizado para a conferência da documentação até a etapa da liberação para pagamento	10 dias	10 dias	10 dias
	Análise do Resultado: A conferência é a partir da data do protocolo na Regional, sendo que cada Aviso têm um prazo para apresentação da documentação na Superintendência Regional de Destino, a média é de 10 dias úteis para conferência e liberação dos pagamentos.			
	Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)	2012	2011	2010
4	Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	30,00%	50,00%	25,00%
	Análise do Resultado: A aprovação de projetos com valores elevados está condicionado a oferta e demanda de produtos.			
	Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA	2012	2011	2010
5	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimentos a agricultores identificados com menor renda. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.	62,00%	79,00%	83,00%
	Análise do Resultado: Em 2010 houve um maior índice de produtores com baixa renda atendidos pelo programa devido ao maior número de municípios atendidos pelo programa.			
	Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda	2012	2011	2010
6	Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda	100,00%	100,00%	100,00%
	Análise do Resultado: Os agricultores de baixa renda foram atendidos com os limites máximos do Programa condicionados a capacidade produtiva e de cumprimento do projeto. O limite hoje no PAA CPR-Doação é de R\$ 4.800,00 por agricultor ano civil e CPR-Estoque acessaram R\$ 4.500,00 por agricultor ano civil.			
	Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução	2012	2011	2010
7	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado	77,00%	100,00%	100,00%
	Análise do Resultado: Dos 13(treze) projetos formalizados foram supervisionados 10(dez) projetos em execução.			
	Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado	2012	2011	2010
8	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado	70,00%	50,00%	80,00%
	Análise do Resultado: Pequenos agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais atendidos pelo PAA CPR-Doação e CPR-Estoque recursos MDS e MDA.			
	Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	2012	2011	2010
9	Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	287	85	196
	Análise do Resultado: Nos anos de 2010 a 2012, a porcentagem corresponde respectivamente a 17%, 13% e 29,05% de mulheres contempladas no PAA.			

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado

Não houve intervenção por parte do Governo Federal na aquisição de produtos agrícolas tais como: milho, arroz e feijão que são a base da produção agrícola do Estado do Acre. Haja vista, os preços de comercialização estarem acima dos preços mínimos e dos preços de referência da agricultura familiar, e por não haver excedente de produção já que o mercado interno absorve a produção. A farinha de mandioca é consumida internamente e existe a comercialização

com outros estados da federação, e também a entrega em programas sociais como o PNAE e PAA, que apoiam a comercialização.

Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

A CONAB/AC, apoia a comercialização de parte da produção por meio de instrumentos como o Programa de Aquisição de Alimentos(PAA).

4.2.2. Venda em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela CONAB, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

No exercício de 2012, a Unidade Armazenadora de Rio Branco/AC comercializou a preços acessíveis por meio do Programa Vendas em Balcão 786 toneladas de milho, atendendo a 322 pequenos criadores cadastrados e obtendo uma receita de R\$ 440.926,06(quatrocentos e quarenta mil e novecentos e vinte e seis reais e seis centavos).

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

A base da produção agrícola do Estado do Acre, tais como: arroz, milho, feijão e farinha de mandioca, o mercado interno absorve a produção local, com exceção da farinha de mandioca onde o excedente é exportado e comercializado junto aos programas como o PNAE e PAA.

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 07– Dez maiores operações de Vendas em Balcão

Ordem	Cliente	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R \$)
1	MARIA E. ARAÚJO	MILHO	75.800	42.719,00
2	VOLMIR JOSÉ MAHLE	MILHO	40.000	22.800,00
3	LUIZ G. MENDES	MILHO	38.250	21.457,50
4	CLAUDIO G. C.	MILHO	38.000	21.500,00
5	JOSÉ CAMARA	MILHO	22.500	12.910,00
6	VOLMAR J. MAHLE	MILHO	21.800	12.163,00
7	CLAUDIONOR C.	MILHO	14.400	8.075,50
8	FABIO WEVERTON	MILHO	7.600	4.150,00
9	PAULO TRENTIN	MILHO	7.300	4.060,50
10	MARIA OZENILDE P.	MILHO	6.500	3.617,00
Total			272.150	153.452,50

Fonte: Dirab/Supab

4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

Subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprino cultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Foi negociado via leilão e escoado para o Estado do Acre o quantitativo de 3.593 toneladas de milho em grãos, cujo o valor da operação com ICMS foi da ordem de R\$ 873.778,00(oitocentos e setenta e três mil e setecentos e setenta e oito reais), por meio da Venda de Estoques Públicos (VEP).

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Para o produto milho em grãos não ocorre intervenção por parte do Governo Federal, pois os preços praticados no mercado local estão acima dos preços mínimos. E não existe dificuldade de comercialização pois o mercado interno absorve a produção.

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 08 – Dez maiores operações de VEP

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
183/2012	Acreaves	Milho	1.000	46.500,00
183/2012	Agroaves	Milho	1.000	46.500,00
366/2012	Acreaves	Milho	1.000	33.700,00
269/2012	Acreaves	Milho	593	37.359,00
Total			3.593	164.059,00

Fonte: Dirab/Suope

Foi comprovado o escoamento de 3.593 toneladas de milho em grãos para o Estado do Acre, sendo pago o montante de R\$ 164.059,00 em subvenção aos arrematantes.

Resultado financeiro geral

Quadro 09 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	AGF			
		Sacaria (unid)	3,0	34.655,25
Subvenção				
Total das Aquisições e Subvenções			3,0	34.655,25
Venda				
	Venda em Balcão	Milho	786,0	440.926,06
Subvenção	VEP	Milho	3.593,0	873.778,00
Total das Vendas e Subvenção			4.379,0	1.314.704,06
Resultado Geral			4.382,0	1.349.359,31

Fonte: Dirab/Suope

4.3. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão		2012	2011	2010
1	Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de compradores dentre os pequenos criadores	15%	10%	5%
Análise do Resultado: Nos últimos 03(três) anos houve um acréscimo de 5% a.a, na procura para acesso ao Programa Vendas em Balcão.				

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela CONAB

Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da CONAB

A Unidade Armazenadora de Rio Branco/AC, operacionaliza somente o Programa Vendas em Balcão venda de milho ensacado oriundo dos Estoques Públicos e com o recebimento de Cestas de Alimentos e posterior repasse aos indígenas,acampados da reforma agrária etc. por meio de convênios CONABXMDS/SESAN. No exercício de 2012 , foram removidos o quantitativo de 700 toneladas de milho a granel para atendimento aos 322 pequenos criadores que acessam os estoques públicos a preços acessíveis e doados um total de 2.352 cestas de alimentos totalizando 51.744 kg de produtos. A CONAB/AC, possui 01(um) armazém convencional com capacidade estática de armazenagem de 897 toneladas.

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da CONAB (estoques públicos)

A Unidade Armazenadora de Rio Branco/AC, detém o total de 266,30 toneladas de milho produto oriundo dos estoques públicos unidade mercado de opções e valor financeiro de R\$ 226.224,33(duzentos e vinte e seis mil e duzentos e vinte e quatro reais e trinta e três centavos), dados estes extraídos do X-Fac no mapa inventário de mercadorias na data de 31/12/2012.

Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001

a) Principais problemas

b) Demanda por manutenção

c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios

Em resposta aos itens a, b e c já está tramitando junto à CONAB/Matriz processo nº 21224.000028/2012/34, que trata da substituição da cobertura(telhas) da Unidade Armazenadora de Rio Branco/AC, valor orçado em R\$ 111.035,22(cento e onze mil e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos), faltando apenas projeto básico para implementação dos trabalhos.

Não houve gastos com obras e/ou serviços na Unidade Armazenadora de Rio Branco/AC, durante o exercício 2012.

d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da CONAB em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009.

**CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO –
PREVISÃO 2014**

RIO BRANCO – AC		
Capacidade estática: 600	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal
Obras		Obrigatoriedades
		Custos
Cerca e Portão		50.000
Local para guarda de Agrotóxico		35.000
Recinto de Análise		45.000
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000
Sinalização de trânsito		3.000
Sistema de combate a incêndio		120.000
Sistema de Movimentação de Produto		20.000
TOTAL		318.000

A Unidade Armazenadora de Rio Branco/AC, está anexo à sede da Superintendência Regional do Acre, possui estrutura como: cerca e portão, sinalização de trânsito, local para guarda de agrotóxico e possui sistema de movimentação de produto, ou seja, 01(uma) dala.

Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela CONAB, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado

Os armazéns convencionais e silos metálicos de posse do Estado, vêm se ampliando em pontos estratégicos de produção para o atendimento na armazenagem e a prestação dos serviços como secagem e o beneficiamento da produção para posterior comercialização. A armazenagem no Estado do Acre, hoje está voltada principalmente para a cultura do milho, onde houve uma ampliação considerável em área cultivável e produtividade, devido a mecanização de áreas degradadas. Mas a produção local ainda não supre a demanda interna, sendo que os armazéns não ficam completamente ocupados durante o ano. Existe no Estado do Acre, 15(quinze) armazéns cadastrados com capacidade estática total de armazenagem para 29,3 mil toneladas. Na safra 2011/2012, foram produzidos 126,9 mil toneladas, sendo superior em 433,1% a capacidade estática de armazenagem.

Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador

Existe um acompanhamento por parte do RT quanto aos procedimentos para guarda e/ou conservação dos estoques públicos, em conjunto com o armazenista e o Gerente da Unidade Armazenadora.

7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos

Atendendo o cronograma do calendário de fiscalização da Superintendência de Fiscalização(SUFIS), foram efetuadas 02(duas)fiscalizações de estoques públicos na Unidade Armazenadora de Rio Branco/AC, milho ensacado destinado ao Programa Vendas em Balcão não sendo constatado desvio e/ou perda em armazenagem. A Regional dispõe de 02(fiscais) não sendo necessário o remanejamento de fiscais de outras regionais para execução dos trabalhos.

Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela CONAB em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; Quantidade

física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos

Nas fiscalizações efetuadas durante o exercício de 2012, não foi constatado nenhuma irregularidade nos códigos 235 e 242 constantes do formulário Termo de Vistoria e Notificação(TVN).

Quantidade de armazéns descredenciados no exercício

Não houve cadastro de armazéns no referido exercício.

7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos

Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques; Valores gastos com fretes

No exercício de 2012, foram removidos 700 toneladas de milho a granel oriundo dos estoques públicos para atendimento ao Programa Vendas em Balcão, origem Mato Grosso(MT) e destino Acre(AC) e custo total com frete no valor de R\$ 147.159,09(cento e quarenta e sete mil e cento e cinquenta e nove reais e nove centavos).

Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local

O Estado do Acre, para atendimento do seu consumo interno importa o milho de regiões produtoras como Mato Grosso e Rondônia, já que a produção local mesmo estando em constante avanço, não supri a demanda local. O milho comercializado pela CONAB, regula os preços locais e atende a preços acessíveis os pequenos criadores cadastrados no programa.

7.4. Principais indicadores de desempenho

	Nome do Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de cadastro	2012	2011	2010
1	Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufaturam/comercializam produtos alimentícios Análise do Resultado: No exercício 2012 não houve solicitações de cadastro.	0,00%	100,00%	100,00%
	Nome do Indicador: Percentual de armazéns impedidos	2012	2011	2010
2	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos por não cumprirem com as exigências estabelecidas em contrato. Análise do Resultado: Dos 14(quatorze) armazéns cadastrados no SICARM 93% não podem operar com serviço de armazenagem de estoques públicos.	93,00%	93,00%	93,00%
	Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados	2012	2011	2010
3	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais. Análise do Resultado: Existe apenas 01(um) armazém apto a operar com os estoques públicos no Estado no Acre.	7,00%	7,00%	7,00%
	Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática	2012	2011	2010
4	Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria Análise do Resultado: A rede armazenadora própria corresponde a 2,0% da capacidade estática de armazenagem cadastrada no Estado do Acre.	2,00%	2,00%	2,00%
	Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos	2012	2011	2010
5	Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria. Análise do Resultado: No exercício 2012 foram armazenados um total de 206,50 toneladas de produtos para composição de	100,00%	100,00%	100,00%

cestas básicas.

	2012	2011	2010
Nome do Indicador: Custo médio para a fiscalização dos Estoques			
6 Objetivo do Indicador: Identificar o valor médio dispendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado	0,00%	0,00%	0,00%
Análise do Resultado: As fiscalizações de estoques foram realizadas pelos próprios técnicos lotados na SUREG/AC, não havendo custos já que a Unidade Armazenadora localiza-se em Rio Branco/AC.			
Nome do Indicador: Percentual de desvio de produtos armazenados			
7 Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes	0,00%	0,00%	0,00%
Análise do Resultado: Não foi constatado desvio de produtos dos estoques públicos fiscalizados, estando os TVN's de posse da SUFIS/Matriz.			
Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados			
8 Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento	100,00%	100,00%	100,00%
Análise do Resultado: Os produtos são estocados atendendo as orientações de armazenagem em ambiente natural			
Nome do Indicador: Custo da remoção de produtos por tonelada			
9 Objetivo do Indicador: Acompanhar o custo da remoção de produtos	R\$ 210,23	R\$ 227,62	R\$ 280,11
Análise do Resultado: Houve redução no custo médio por tonelada de 33% do exercício 2010 para 2012, valores acima em reais.			

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As ações de TI na CONAB têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da CONAB e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da CONAB. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Cabendo à Regional apenas a manutenção dos equipamentos com reposição de pequenas peças, sempre realizada por empresas do ramo, pois é relevante destacar, que esta Conab/Sureg/AC, não tem em seu corpo funcional empregado qualificado nesta área, sendo contemplada somente com 01 estagiários.

Quanto aos equipamentos de informática disponibilizados pela Matriz para a Regional do Acre no ano de 2012, assim, podemos afirmar que houve uma significativa melhora nas ferramentas oferecidas para o desenvolvimento dos trabalhos nesta área, pois os equipamentos existentes já se encontravam obsoletos, muitos deles inviáveis quando se tratava de consertos/repares.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

10.1. Análise dos principais resultados do Projeto Siga Brasil

No Estado do Acre, não utiliza-se o sensoriamento remoto para dimensionamento da área produtiva e a produtividade da região. Sendo estas informações obtidas junto aos órgãos de extensão rural, secretarias de produção e IBGE.

Demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do Programa

O Projeto Siga Brasil não possui um orçamento específico. A maior parte dos trabalhos é executada pelos técnicos da CONAB (auxiliados por consultores do PNUD), com os recursos da Companhia, vinculados ao Projeto Geo safras.

Principais resultados no levantamento de produção, custos e estoques de produtos agrícolas

Os cultivos de mandioca, milho, arroz, feijão, frutas e cana-de-açúcar são a base da agricultura com predominância do sistema de subsistência. Para as principais culturas como: Arroz, Feijão 2ª safra e Milho 1ª safra, a área cultivável foi de 70,2 mil/ha e a produtividade 126,9 mil/toneladas um incremento de 6,5% e 10,3%, respectivamente em relação a safra passada.

Destaca-se, também, a produção de milho na safra de 2011/2012 quando foram colhidas 100,3 mil toneladas com incremento de 19,8% sobre a anterior, mantendo a tendência de aumento iniciada no fim da década de 90.

10.2. Análise dos principais resultados do Geo Safras

Demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do Programa

Todos os custos do Programa são realizados na Matriz através da Ação Pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras; e ainda, na Ação Administração da Unidade, no que se refere aos consultores contratados do PNUD.

Principais resultados no levantamento de produção

Nos levantamentos efetuados durante a safra de grãos 2011/2012, houve um avanço significativo para a cultura do milho no Estado do Acre, o 1º levantamento apontava área 38.587 há e produtividade 103.417 toneladas e no 12º levantamento área 45.360 há e produtividade 131.114 toneladas, um avanço de 18% e 27%, respectivamente.

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1. Alocação de Servidores

Apresentar estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos. Neste sentido, a Companhia não realizou concursos públicos para provimento de pessoal, como também não houve retorno de anistiados por força de Lei.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. No exercício de 2012, não foi realizada nenhuma alocação no âmbito da Sureg/AC.

11.2. Comunicação na Instituição

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a comunicação de informações importantes para a Instituição

Público interno

A comunicação de informações importantes para a companhia, aos seus empregados se dá por meio dos seguintes veículos:

Informativo semanal “Aqui entre Nós” com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados e o informativo mensal “Conab em boa Companhia” informando as atividades de destaque das Regionais. Além do Boletim Administrativo, que trata das alterações de pessoal, designações/destituições no âmbito da Companhia, atualizado diariamente a cada emissão de atos e portarias.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Outro meio de divulgação de informação entre Matriz/Regional foi a implantação da videoconferência, propiciando que a Diretoria se manifeste a todo corpo funcional da Companhia

No âmbito da Superintendência Regional do Acre, além dos expedientes convencionais, informações gerais são disponibilizadas no quadro mural. Também para a disseminação dos assuntos relacionados a gestão são realizadas reuniões pontuais entre Superintendência/Gerências, Gerências/Encarregados/empregados da área específica, além da disseminação de assuntos de ordem geral entre Superintendente/corpo funcional.

Público externo

Portal da Transparência na internet – O meio de comunicação mais abrangente para o Público externo é a mídia eletrônica, por intermédio do site da Conab (www.conab.gov.br). No sítio é possível conhecer a Companhia, estruturalmente e operacionalmente, sua história, sua missão, valores, seus programas de atuação no mercado, os seus resultados, e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

Todos normativos pertinentes as operações encontram-se disponíveis para acesso. Podemos citar o Manual de Operações da Conab (MOC), Contratos, Avisos e Editais de Leilões públicos e privados e demais Regulamentos, assim como outras publicações, como por exemplo Balanços Sociais e auditorias. Alguns *softwares* utilizados em operações, como por exemplo o PAANet, SafrasNet e BCANet, estão disponibilizados para *download*.

Arquivos relativos a transparência pública no que diz respeito a gastos públicos estão presentes para consulta.

O site é atualizado diariamente com notícias do setor agroindustrial e de abastecimento, e também possui uma série de indicadores estratégicos para tomada de decisão, no qual podemos citar a posição atualizada dos estoques públicos e a capacidade estática de armazenagem no Brasil.

De outra forma, a Regional também utiliza como meio de comunicação as correspondências direcionadas aos clientes externos, em especial ao segmento da agricultura (parceiros), mediante ofícios, cartas, requerimentos, e-mail's. Entre esses meios, também, são distribuídas aos parceiros uma revista produzida pela Conab, intitulada “ OS INDICADORES DA AGROPECUÁRIA” (maior banco de dados sobre o setor).

Temos, ainda, como meio de comunicação as palestras ministradas por empregados do quadro de pessoal da UJ, no atendimento de demandas dos setores do Agronegócio e Agricultura Familiar.

11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho.

O clima Organizacional da Superintendência Regional do Estado do Acre, busca estabelecer uma relação de confiança, mantendo-se disponível em atender aos pleitos dos empregados, demandando, se necessário, providências das áreas/chefias envolvidas. Por entender que a satisfação pessoal, do corpo funcional, é fundamental para um bom desempenho profissional.

Como resultado desta ação, nesta SUREG/AC, não houve ações Judiciais por parte dos seus empregados no exercício de 2012.

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras

A capacitação dos empregados, no âmbito da CONAB/ACRE, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos

negócios e do processo de gestão da Companhia.

No exercício de 2012, foram realizados os seguintes cursos, encontros e seminários:

- Área Administrativa: 06 treinandos – Cursos de Operacionalização do Sistema SISMAT e Gestão e Fiscalização de Contratos;
- Área Auditoria: 01 treinando – Curso Processo Administrativo Disciplinar;
- Área Comunicação Social: 12 treinandos – Curso Rumo a uma Cultura de Acesso a Informação – Lei nº 12.527/2011;
- Área Educação e Desenvolvimento: 03 treinandos - Curso Comunicação e Linguagem;
- Área Financeira: 04 treinandos – Curso Novo CPR – Contas a Pagar e Receber e Legislação Tributária Aplicada aos Sistemas SAAGRA E X-FAC e
- Área de Planejamento: 05 treinandos - Curso Elaboração de Relatório de Gestão, Encontro Governança Corporativa: Planejamento, Metas e Riscos e Seminário Avaliação da PGPMBio.

11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 10 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregado em Cargos Efetivos	Não há	24	0	0
1.1. Cargos de Carreira	-	24	0	0
2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
3. Conselheiro de Administração / Fiscal	Não há			
4. Pensão Vitalícia	Não há			
5. Total de Empregados (1+2+3+4)		24	0	0

Fonte: Digep/Sugep

Do quadro de empregados, 17 apresentam situação contratual de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 70,83% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluindo os concursados, cujas admissões ocorreram mais recentemente.

Quadro 11 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

1. Cedidos (1.1+1.2)	7
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	7
2. Afastamentos (2.1+2.2)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	
3. Licença Remunerada (3.1+3.2)	0
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	
3.2. Licença Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	
4. Licença não Remunerada (particular)	
5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)	7

Fonte: Digep/Sugep

No âmbito da SUREG/AC, existe 07 empregados cedidos há outros órgãos, equivalente a 29,17% do quadro existente hoje.

Quadro 12 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	-	11	0	0
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		11	0	0
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
2. Total de Empregados com Função Gratificada	-	11	0	0

Fonte: Digep/Sugep

Os Cargos em Comissão no âmbito da Regional são ocupados por servidores de carreira, nomeados pelo Presidente da Companhia (Art. 123, Inciso XI do Regimento Interno), com indicação da Superintendência para os cargos de Assistente, Secretarias, Gerentes e Encarregados.

Quadro 13 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	0	1	8	4
1.1. Em Cargo de Carreira			1	8	4
2. Empregado em Função Gratificada	0	1	2	7	1
2.1. Cargos de Carreira		1	2	7	1
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
3. Totais (1+2)	0	1	3	15	5

Fonte: Digep/Sugep

Os empregados da CONAB são contratados pelo regime da CLT, não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir de 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência

complementar dos empregados da CONAB (CIBRIUS) estabelece a idade mínima de 56 anos para obter ao benefício.

Observando o quadro acima, nota-se que a força de trabalho desta UJ, encontra-se com 83,33% do seu corpo funcional, com idade superior a 51 anos, mais somente 03 empregados estão aposentados pela Previdência Oficial, mais continuam na empresa, existindo uma perspectiva para os próximos 03 anos de mais 05 aposentadorias por tempo de contribuição Oficial

Quadro 14 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	1	4	0	3	1	2	0	2	0	0	0	0	0
1.1. Em Cargo de Carreira		1	4		3	1	2		2					
2. Empregado em Função Gratificada	0	0	0	0	1	0	7	0	3	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Carreira					1		7		3					
2.2. Contrato Especial (Diretor , Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
3. Totais (1+2)	0	1	4	0	4	1	9	0	5	0	0	0	0	0

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: DigeP/Sugep

Quanto ao nível de escolaridade, verifica-se a existência de 4,17% de empregados com a 4ª série incompleta, 16,67% com a 4ª série completa, 16,67% com o 1º grau completo, 4,17% com o 2º grau incompleto, 37,50% com o 2º grau completo e 20,82%. Todos os empregados de níveis auxiliar, médio e superior, desenvolvem suas atividades de acordo com sua situação funcional.

Evidencia-se a necessidade de realização de concurso público para a criação de novas oportunidades de empregos.

Composição do quadro de estagiários

Além dos empregados, a SUREG/AC, conta com 5 estagiários de nível superior, com custo anual de R\$ 34.932,28 (salário e auxílio transporte).

Quadro 15 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
1. Nível Superior	5	5	5	5	34.932,28
1.1 Área Fim	2	2	2	2	
1.2 Área Meio	3	3	3	3	
2. Nível Médio	0	0	0	0	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	5	5	5	5	34.932,28

Fonte: DigeP/Sumoc

Custos associados à manutenção dos recursos humanos**Quadro 16– Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2010	138.596,41	-	-	-	-	41.196,20	-	4.445,72	-	184.238,33
	2011	119.804,49	-	-	-	-	34.613,40	-	-	-	154.417,89
	2012	137.066,91	-	-	-	-	44.017,08	-	3.308,80	-	184.392,79
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	169.722,91	-	-	-	-	56.167,20	-	5.847,42	-	231.737,53
	2011	186.654,42	-	-	-	-	57.562,50	-	1.762,37	-	245.979,29
	2012	227.936,87	-	-	-	-	61.493,54	-	5.180,35	-	294.610,76
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	454.569,79	-	182.751,38	-	7.489,50	81.997,80	-	21.777,50	-	748.585,97
	2011	554.168,57	-	249.009,79	-	11.704,50	92.443,60	-	-	-	907.326,46
	2012	618.082,26	-	344.923,80	-	7.429,50	113.154,64	-	18.254,25	-	1.101.844,45
Pensão Vitalícia											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Fonte: Digep/Sugep

Em 2012, a despesa com pessoal com os empregados da SUREG/AC foi de R\$ 1.580.848,00 (um milhão, quinhentos e oitenta mil , oitocentos e quarenta e oito reais), com um crescimento de 35,75% em relação ao exercício de 2010 e 20,89% em relação ao exercício de 2011.

- 18,64%(R\$ 294.610,76) corresponde ao custo do pessoal cedido da SUREG/AC, em relação ao valor total de pessoal no exercício de 2012.
- 69,70%(1.101.844,45) corresponde ao custo de pessoal que ocupa cargo comissionado/função de confiança, em relação ao valor total de pessoal no exercício de 2012.

No quadro acima(custo de pessoal), não somam os encargos sociais(FGTS,INSS, Seguro de Vida, Salário Educação,Senac, Sesc, Sebrae e etc. Essas informações constam dos quadros abaixo – Encargos Sociais

ENCARGOS SOCIAIS

EMPREGADOS CEDIDOS					
2010	R\$	2011	R\$	2012	R\$
ACRE	35.125,91	ACRE	38.210,74	ACRE	49.045,07
TOTAIS	35.125,91		38.210,74		49.045,07

DEMAIS EMPREGADOS					
2010	R\$	2011	R\$	2012	R\$
ACRE	181.160,40	ACRE	215.562,39	ACRE	263.237,73
TOTAIS	181.160,40		215.562,39		263.237,73

Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Os quadros a seguir, apresentam de forma detalhada a formação dos quadros de mão de obra terceirizada com vigilância ostensiva, conservação e limpeza e serviço de braçagem em 2012.

Quadro 17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135605 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0473-06					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades		Escolaridade exigidos dos trabalhadores						Sit.	de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2009	V	O	19.019015/09-39	17.219.353/0002-60	10/06/09	10/06/14	-	-	-	-	-	-	P	2	2
2011	L	O	24.000056/10-90	07.408.981/0001-50	28/02/11	28/02/13	-	-	-	-	-	-	P	2	2

Observações:
 Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Gefad/Acre

Quadro 18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra(braçagista)

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135605 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0473-06					
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2012	12	O	24.000009/12-16	07.533.627/0001-57	02/05/12	01/05/13									A

Observações:
LEGENDA
Área:
 1. Segurança;
 2. Transportes;
 3. Informática;
 4. Copeiragem;
 5. Recepção;
 6. Reprografia;
 7. Telecomunicações;
 8. Manutenção de bens móveis;
 9. Manutenção de bens imóveis;
 10. Brigadistas;
 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
 12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gefad/Acre

Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício .

No exercício de 2012, não houve no âmbito da SUREG/AC, nenhuma admissão ou demissão.

Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

Os empregados da CONAB são contratados pelo regime da CLT, não havendo portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	24	24	24
Análise: Nos exercício de 2010 a 2012, não houve nenhuma rotatividade de empregados.			
Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	18	13	8
Análise: Foram realizados 90% dos exames médicos periódicos previsto para o exercício de 2012.			
Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0	0	0
Análise: Nenhuma ocorrência de acidente de trabalho			
Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	5	3	3
Análise: Em 2012, houve uma evolução em relação aos exercícios de 2010 e 2011 correspondente a 66,7% do corpo funcional com curso superior.			

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Na SUREG/AC não existe empregados com acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, conforme Declaração de Cargo, Emprego ou Função Pública, assinado por cada empregado, constante na pasta funcional de cada um.

11.7 Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D n° 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012 (com valores referentes ao mês de competência)

Na Unidade Orgânica do Estado do Acre, 03 empregados que são participantes da previdência Complementar, equivalente a 0,18% do total de 1539 em toda Companhia, com uma contribuição de R\$ 27.174,37 descontados em folha de pagamento durante o ano.

Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012 (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis 331900703 e 331900701

O valor de R\$ 27.174,37 é a parte patronal repassada pela Conab para o Cibrius relativo aos 03 empregados da SUREG/AC, equivalente 0,18% de 1.537 empregados.

Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

O Valor pago aos Aposentados pela Previdência Complementar – Cibrius, a nível nacional foi de R\$ 22.824.464,73.

A UJ tem 02 aposentados beneficiados, com um gasto de R\$ 20.953,37 que corresponde 0,09% do valor acima mencionado.

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1. Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

Quadro 19 – Ações orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	-	-	500.000,00	199.723,69
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	20	39	-	-
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	2	2	50.000,00	1.175,99
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	670.000,00	664.878,65
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	500.000,00	375.165,96
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	90	88	20.000,00	13.853,61
			20CW - Exames Periódicos	Servidor benef	20	18	5.000,00	4.589,99
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	25	24	145.000,00	144.218,36
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	40	31	20.000,00	13.328,77

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas;

comparativos com exercícios anteriores

- Ação 2130 – Formação de Estoques (meta financeira) o valor de R\$ 199.723,69 (cento e noventa e nove mil e setecentos e vinte e três reais e sessenta e nove centavos), refere-se aos custos inerentes a braçagem, embalagens, ICMS e frete de 700 toneladas de milho removidos para atendimento do programa vendas em balcão;
- Ação 2137 – Fiscalização dos estoques – não houve gastos com fiscalização de estoques públicos, pois, a Unidade Armazenadora de Rio Branco/AC, fica anexa ao prédio da SUREG/AC, não havendo necessidade de deslocamento de técnicos.
- Ação 4711 – Pesquisa de safras – No exercício de 2012, foi realizado apenas 01(um) levantamento de safra em campo. Os demais levantamentos foram realizados por meio de contato junto aos informantes cadastrados.

Indicadores de desempenho institucionais

Os indicadores já estão contemplados nos capítulos 3, 4 e 7.

Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

- Adequar as metas físicas e financeiras a real necessidade de aplicação na Regional para os próximos exercícios.

Levantamento da Safra de Grãos

Historicamente, a economia no Estado do Acre baseia-se no extrativismo vegetal, sobretudo na exploração da borracha, que foi responsável pelo povoamento da região. Atualmente, a madeira é o principal produto de exportação do estado, que também é grande produtor de castanha-do-brasil, fruto do açaí e óleo da copaíba.

O Acre apresenta dois grandes polos econômicos: o vale do rio Juruá, que tem a cidade de Cruzeiro do Sul como principal núcleo urbano; e o vale do rio Acre, que é mais industrializado, possui maior grau de mecanização e modernização no campo, apresenta maior potencial nas atividades agrícolas, grande produtor de borracha e alimentos (mandioca, arroz, milho, frutas, etc.), além de abrigar a capital estadual, Rio Branco.

Os cultivos de mandioca, milho, arroz, feijão, frutas e cana-de-açúcar são a base da agricultura com predominância do sistema de subsistência. Para as principais culturas como: Arroz, Feijão 2ª safra e Milho 1ª safra, a área cultivável foi de 70,2 mil/ha e a produtividade 126,9 mil/ton um incremento de 6,5% e 10,3%, respectivamente em relação a safra passada.

Destaca-se, também, a produção de milho na safra de 2011/2012 quando foram colhidas 100,3 mil toneladas com incremento de 19,8% sobre a anterior, mantendo a tendência de aumento iniciada no fim da década de 90.

Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

Em 2012, foram atendidos por meio da CPR-Doação 497 produtores nos municípios de Porto Acre, Rio Branco, Bujari, Tarauacá, Feijó, Cruzeiro do Sul, Manoel Urbano e Acrelândia, sendo adquiridas 1.061 toneladas de diversos produtos sendo o pescado, hortifrutigranjeiros, farinha de banana, polpa de frutas etc... que estão sendo doados a 170 instituições sociais beneficiando 44.966 pessoas em situação de insegurança alimentar, perfazendo um total de R\$ 2.207.853,10(dois milhões e duzentos e sete mil e oitocentos e cinquenta e três reais e dez centavos). E por meio da CPR-Estoque foram atendidos ao todo 491 extrativistas e pequenos

agricultores familiares, com a compra dos seguintes produtos para formação de estoques com liquidação financeira tais como: Castanha do Brasil em Casca, Leite, Café Conillon e Cana de Açúcar. Sendo repassado as Cooperativas e Associações de produtores/extrativistas um montante de R\$ 2.199.504,00 (dois milhões e cento e noventa e nove mil e quinhentos e quatro reais).

Quadro 20 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2069 (MDS)	2798 - Aquisição de Alimentos AF	2.207.853,10
	2802 - Oper Aquisição alimentos	5.317,23
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	2.199.504,00
	2B83 - Oper Aquisição alimentos	832,00
Total		4.413.506,33

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Ações do MDS e do MDA

As ações , 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela CONAB através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas

Termo de Cooperação realizado entre a Conab e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana.

A Superintendência Regional do Acre, durante o exercício 2012 efetuou a doação de cestas de alimentos totalizando 10.700 kg de produtos, beneficiando 100 famílias cadastradas pertencentes as comunidades de terreiros sediadas no Estado do Acre, por meio do convênio CONAB x SEPPIR.

12.2. Restos a Pagar

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 21 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	62.219,33	0,00	0,00	62.219,33
2011	14.045,81	0,00	14.045,81	0,00
...				0,00
				0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	2.196,99	0,00	0,00	2.196,99
2011	2.562,28	0,00	2.562,28	0,00
				0,00
				0,00

Fonte: Diafi/Sucon

Restos a pagar processados

O valor inscrito é composto pelo saldo das seguintes contas contábeis e foram pagos no início do exercício seguinte:

21.211.01.00 – R\$ 5.027,70

21.123.02.00 – R\$ 42.938,42

21.123.06.00 – R\$ 14.158,21

21.114.02.00 - R\$ 95,00

Restos a pagar não processados

O valor inscrito é composto pelo saldo da conta contábil abaixo relacionada e foi liquidado e paga no início do exercício seguinte:

21.216.02.02 – R\$ 2.196,99

12.5. Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

Ver anexo I – pág 44 a 63

12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

Quadro 22 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
UF AC	1	1	
município RIO BRANCO	1	1	
Subtotal Brasil	1	1	
Subtotal Exterior	0	0	
Total (Brasil + Exterior)	1	1	

No âmbito da SUREG/AC, existe 01(um) imóvel de propriedade da CONAB, localizado no endereço: Travessa do Icó, nº 180, Estação Experimental, no Município de Rio Branco/AC.

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1. Controle Interno da UJ

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.

Quadro 23 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para				X	

permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: Resultado de consenso apurado em reunião com os os Gestores da SUREG/AC .					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: SUREG/GEFAD/GEOSE

Resultados e Conclusões

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional de Rondônia, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da CGU. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Controladoria.

Brasília, 31 de dezembro de 2012.

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

– Balanço Patrimonial (ativo, passivo)

Quadro 24 - Balanço Patrimonial

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30

RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 25 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 26 - Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63

Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 27 - Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 28 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e

garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

c.1) Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Aliações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das

atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

Em R\$ mil

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e

despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias*: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- *Cíveis*: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Em R\$ mil

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Em R\$ mil

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- **Tributária:** Visando restituições de débitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) Reserva Legal: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) Reserva de Retenção do Lucro: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em

apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Exercício	Em R\$ mil	
	Saldo	
2011	34.997	
2012	61.637	

Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes,

pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas

do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Em R\$ mil	
	Exercícios	
	2012	2011
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin./MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53